

## **Uma Reflexão sobre as Concepções que Nortearam a Educação do Sujeito Surdo**

DANIELA ELOY DIAS MENEZES

### RESUMO

Este artigo pretende refletir sobre as concepções construídas sobre o sujeito surdo e a língua de sinais e como essas concepções influenciaram na educação dos mesmos. Para tanto, isto é abordado em três momentos, quando se estuda essas concepções ao longo da história, as representações construídas no contexto educacional brasileiro e repensa uma educação significativa para o educando surdo. Nesse sentido, esse estudo se utilizou da pesquisa bibliográfica. E tem como apoio teórico, Strobel (2007); Skliar (2003); Quadros; Karnopp (2004).

Palavras- chave: Concepções. Educação de surdos e Língua de Sinais.

### ABSTRACT

This article intends to reflect on the concepts established on the deaf person and sign language and how the conceptions influenced in their education. For this, it is divided in three moments: the study of these conceptions throughout the history, the representation established in the Brazilian education context and rethinks a meaningful education for deaf students. Therefore, the methodology used to this study was research, supported by literature of Strobel (2007); Skliar (2003); Quadros; Karnopp (2004).

KeyWords: Conceptions. Education of the Deaf and Sign Language.

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca desenvolver uma reflexão sobre as concepções construídas ao longo do tempo pela sociedade sobre o sujeito surdo e a língua de sinais e como essas concepções influenciaram na educação dos mesmos, a fim de se pensar uma educação de qualidade para o educando surdo.

Durante muito tempo o sujeito surdo foi rotulado como deficiente e incapaz, sendo excluído do meio educacional, social e cultural. E como consequência, esse sujeito não teve, nem tem acesso a uma educação de qualidade que garanta seu aprendizado, nem a valorização da sua língua e cultura.

No entanto, muito se tem discutido sobre educação inclusiva, respeito a diversidades e as diferenças, principalmente no espaço escolar e ao que se refere ao educando surdo. Isso é fruto da luta da comunidade surda ao longo dos anos, afinal não é por acaso que o cenário político-educacional vem sofrendo transformações e buscando garantir através de decretos e leis a participação social desse sujeito. No entanto, a sociedade e como parte dela a própria escola, não está preparada para receber e oferecer uma educação de qualidade a esse sujeito.

Assim, ao longo do tempo a comunidade ouvinte construiu estereótipos sobre o surdo e seu aprendizado. A visão do surdo como deficiente e a falta de conhecimento dos professores sobre a comunidade surda, sua cultura e língua tem mantido o fracasso escolar desse alunado.

Diante disso, se faz necessário repensar as concepções sobre o educando surdo. Por isso essa pesquisa se detém na seguinte questão: **Quais as concepções que nortearam e influenciaram a educação do educando surdo?**

Nesse sentido, esta pesquisa pauta-se na visão do surdo como sujeito pertencente a uma comunidade surda que tem sua própria cultura e língua, a língua de sinais.

Para tanto, este estudo baseia-se nas ideias dos seguintes teóricos: Strobel (2007) que analisa o discurso e as representações construídas sobre o sujeito surdo ao longo da história; Skliar (2003) que aborda a questão da surdez, problematizando e questionando os conceitos atribuídos aos sujeitos surdos, que historicamente foi rotulado como deficiente; Quadros; Karnopp (2004) que estuda a língua brasileira de sinais desmitificando alguns conceitos construídos sobre a mesma; Oliveira (2007) que discute sobre o processo de inclusão e as mudanças que devem ocorrer no cotidiano escolar para que esse processo aconteça; Almeida (2012) que em sua tese de mestrado dispõe sobre a eficácia e os resultados da disciplina de Libras no currículo dos cursos de licenciatura, bem como questiona se a formação do professor ouvinte, de fato, prepara o mesmo para ensinar o educando surdo; Reis (2006) que na sua tese de mestrado discute sobre a educação de surdos e a importância do professor surdo no quadro pedagógico como meio de contribuir na construção da identidade surda. Bem como, pauta-se nas legislações brasileiras que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, dentre outros.

## AS CONCEPÇÕES CONSTRUÍDAS SOBRE O SUJEITO SURDO E A LÍNGUA DE SINAIS AO LONGO DO TEMPO: UMA INTRODUÇÃO

Historicamente a surdez foi considerada pela religião e ciência como loucura, maldição, patologia e deficiência, pelo fato das pessoas surdas não desenvolverem a língua oral. Dessa forma, durante muito tempo a sociedade criou concepções sobre o sujeito surdo a partir do ponto de vista que se tinha sobre ele.

Nesse sentido, os surdos tornaram-se alvo de pesquisas e tratamentos muita das vezes torturantes, pois muitos pesquisadores acreditavam que poderiam curá-los e ensina-los a falar, como bem afirma Gannon (apud Strobel, 2007, p.18),

Nós éramos chamados de surdos-mudos, mudos, objetos de piedade, surdos e estúpidos, dos seminudos, objetos de uso e agora, ouvidos danificados. Nós éramos descritos como “um dos filhos dos homens mal compreendidos, entre os filhos do homem” [...] A nossa presença não é revelada e a maior parte da história é desconhecida.

Desse modo, fica evidente que os surdos sempre foram representados pelo discurso de uma sociedade majoritária de ouvintes e baseados em estereótipos criados pelos mesmos. Afinal é mais confortável olhar o outro sob um ponto de vista, do que mudar o olhar sobre ele, principalmente quando esse outro faz parte de uma minoria.

Nesse contexto, Karen Strobel (2007), em seu artigo “História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas”, ao discutir sobre as representações construídas pelos ouvintes sobre o sujeito surdo,

relata que essas concepções sempre recaem sobre o estereótipo do surdo como incapaz, baseadas em suposições e leituras errôneas sobre o mundo surdo. Essa percepção é fruto da relação do indivíduo e a sociedade na qual vive.

[...] cada sujeito surdo tornar-se participante obrigatório em uma competição que vai determinar se vai ser estereotipado ou não, porque se não “falar” ou “ouvir” como esperado pela sociedade, poderá ser definido como possuidor de uma incapacidade ou de incompetência. (STROBEL, 2007, p. 20)

Ainda de acordo com Strobel (2007) essas representações sobre o surdo, como: mudo, deficiente, doente, dentre outros, foram e são baseadas pelo discurso ouvintista<sup>1</sup>. Dessa forma, não é estranho que a sociedade dominante sempre buscou “curá-lo”, a fim de que os surdos se enquadrassem dentro do padrão de “normalidade” de ser ouvinte.

Assim, esse olhar que se tem sobre o outro é feito de concepções, valores, crenças e histórias que por sua vez busca padronizar o outro a fim de aceitá-lo na sociedade.

[...] surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estariam ouvindo. Esta lógica comum na verdade é comum, mas não necessariamente lógica. Os negros são pessoas brancas que possuem pele escura. Se pudéssemos consertar a pele, eles seriam brancos. (...) Estas transposições cruas revelam um tecido social de práticas pelas quais nós sabemos quais identidades são tanto disponíveis como aceitáveis (WRIGLEY, apud Strobel, 2007, p. 24).

-----

<sup>1</sup> “[...] conjunto de representações dos ouvintes a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte.” (SKLIAR, 2013, p. 15)

Nesse cenário, fica evidente que a sociedade não aceita a identidade surda, nem o reconhece como membro de uma comunidade, com cultura e língua própria, a língua de sinais. A sociedade por não conhecer essa cultura que é representada pelo mundo visual do sujeito surdo cria conceitos distorcidos sobre esse sujeito, e deseja submetê-lo à cultura ouvinte.

Conseqüentemente, por muito tempo o surdo foi vítima de representações pejorativas e preconceituosas. No entanto, com o crescimento da comunidade surda e a construção da sua identidade, esses sujeitos lutaram e lutam pelo reconhecimento da sua língua e cultura. Bem como, por uma educação de qualidade que atenda suas especificidades e pela participação na sociedade do jeito que eles são, surdos, afinal “o povo surdo se auto-identifica como “surdo” que forma um grupo com características linguísticas, cognitivas e culturais específicas, sendo considerado como diferença.” (STROBEL, 2007, p. 33)

Como resultado da luta da comunidade surda, pode-se perceber a conquista de alguns direitos, a exemplo da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que regulamenta oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - Libras como sistema linguístico, com estrutura gramatical própria e como meio de comunicação legal da comunidade surda.

Pois, durante muito tempo acreditou-se no mito que “a língua de sinais seria uma mistura de pantomina e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 31). No entanto, através dos estudos sobre a Língua de Sinais e a luta da comunidade surda pelo reconhecimento da mesma, pode-se perceber que esta tem todas as

características de qualquer outra língua natural e se constitui como sistema linguístico complexo e bem estruturado, como afirma Quadros; Karnopp (op. Cit., p. 30): “As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem.”

Assim, é necessário desconstruir os conceitos pejorativos construídos ao longo do tempo sobre o sujeito surdo e a Língua de Sinais, pois o povo surdo é membro de uma comunidade que luta contra as opressões e estereótipos que foram submetidos na sociedade. Um povo que quer protagonizar sua própria história, ser reconhecido como membro de uma comunidade cultural e linguisticamente diferente e participar como cidadão da sociedade.

## AS REPRESENTAÇÕES ESTEREOTIPADAS SOBRE O SUJEITO SURDO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O percurso realizado até aqui mostrou as representações estereotipadas construídas sobre o sujeito surdo e a língua de sinais. Essas por sua vez não se distanciaram do contexto escolar, pois durante muito tempo o educando surdo foi considerado como incapaz ou até mesmo como deficiente mental, pelo fato de não desenvolver a língua oral e não aprender os conteúdos ministrados.

Dessa forma, o espaço escolar com métodos que buscavam “normalizar” o educando surdo, e com práticas elaboradas por ouvintes que tinham como objetivo ensiná-los a falar foi responsável por perpetuar o estigma do surdo como “deficiente” e como um desvio na sociedade. Como bem afirma Perlin (apud Strobel, 2007,p. 25),

(...) discurso constituído tem sua historicidade, teve seus inícios diretamente com os profissionais que trabalharam diretamente com os surdos. Os profissionais se apresentaram em campos distintos: escola e clínica. As representações para os surdos na escola e na clínica foram produzidas em articulações discursivas que os representam, nomeiam, definem, limitam, explicam, normalizam e mesmo alteram sua identidade.

Assim, esse discurso criado pelos ouvintes e a prática oralista imposta ao educando surdo resultou no fracasso escolar desse sujeito. Pois, esse fracasso é fruto de uma ideologia dominante que há muito tempo considera a surdez como patologia clínica, cuja finalidade é corrigir e “normalizar”. No entanto, esse discurso não condiz com o discurso do sujeito surdo e de como ele se vê, isso fica evidente no quadro a seguir:

Representação social	Representação de povo surdo
Deficiente	“Ser surdo”
A surdez é deficiência na audição e na fala	Ser surdo é uma experiência visual
A educação dos surdos deve ter um caráter clínico terapêutico e de reabilitação	A educação dos surdos deve ter respeito pela diferença linguística cultural
Surdos são categorizados em graus de audição: leves, moderados, severos e profundos	As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas
A língua de sinais é prejudicial aos surdos	A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística relativa aos povos surdos

Fonte: Strobel, 2007, p. 32



No entanto, muito se têm discutido sobre a educação dos surdos e como resultado legislações foram criadas a fim de garantir a inserção desse sujeito no espaço escolar. A exemplo do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que trata especificamente sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, sua inclusão como disciplina curricular, a formação de professores de Libras, e a garantia do direito a educação das pessoas surdas por meio da organização de,

Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de LIBRAS-Língua Portuguesa. (BRASIL, Decreto nº 5626/2005, CAPÍTULO VI, Art.22, II)

Contudo, apesar das legislações vigentes, escolas bilíngues não foram criadas e a realidade é que os educandos surdos são matriculados em escolas regulares e conseqüentemente se deparam com grandes problemas, pois na maioria dessas escolas os profissionais não são qualificados para atender esses alunos, por falta de conhecimento em Libras ou até mesmo por preconceito, e acabam por rotular esses educandos como pessoas de difícil aprendizado. Esses por sua vez, se sentem excluídos do contexto escolar, pois não podem se comunicar e expressar sua cultura, e em alguns casos acabam abandonando a escola. Dessa forma, se atribui o fracasso escolar desse educando a natureza biológica da surdez, mas nega-se que esse fracasso é fruto da instituição escola e das políticas educacionais. Como bem elucida Skliar (2013, p. 18-19),

[...] evita-se toda uma possível denúncia acerca do fracasso escolar da instituição escola, das políticas educacionais e da responsabilidade do Estado. O que fracassou na educação dos surdos foram as representações ouvintista acerca do que é o sujeito surdo,

quais são seus direitos linguísticos e de cidadania, quais são as teorias de aprendizagem que refletem condições cognitivas dos surdos, quais as epistemologias do professor ouvinte na sua aproximação com os alunos surdos, quais são os mecanismos de participação das comunidades surdas no processo educativo, etc.

Para Skliar (2013) quando se pensa na escola regular para surdos se pensa a partir do ponto de vista de ouvinte, e a inserção desse sujeito nessa escola é fruto de uma cultura social, cujo objetivo é a chamada inclusão, que nada mais faz do que negar a existência de uma cultura surda, da língua de sinais e da identidade surda.

As escolas regulares não têm estrutura nem currículo diversificado para atender as necessidades dos educandos surdos, não contam com a participação de professores surdos na elaboração dos projetos pedagógicos, bem como não ajudam na construção da identidade desse sujeito.

Dessa forma, para se pensar na escola como espaço de construção de conhecimento é necessário reconhecer e aceitar as diferenças a fim de garantir a educação como direito de todos, para isso é fundamental desconstruir as concepções equivocadas construídas ao longo do tempo sobre o sujeito surdo e a língua de sinais, deixar de pautar a educação de surdos a partir das oposições maioria/minoria, normalidade/anormalidade, língua oral/língua de sinais.

E nesse sentido, pensar uma educação que esteja focada no sujeito surdo como membro de uma comunidade que tem sua própria cultura e língua, bem como considerar as peculiaridades das experiências visuais desse sujeito na construção da sua aprendizagem. Pois, não adianta abrir espaço na escola regular para os surdos apenas como garantia de frequência escolar, se não há

acesso ao conhecimento, se não há de fato uma educação significativa e se não há o reconhecimento da língua de sinais como língua natural e como mecanismo de afirmação da identidade surda.

## O REPENSAR DE UMA ESCOLA REGULAR QUE RECONHEÇA AS SINGULARIDADES DO EDUCANDO SURDO

Diante da luta da comunidade surda por uma educação de qualidade que ofereça as mesmas oportunidades dadas aos ouvintes na sociedade e mediante os estudos realizados sobre a língua de sinais, algumas concepções equivocadas já estão sendo desconstruídas sobre o sujeito surdo. Como resultado, foram criados projetos políticos que buscam uma escola para todos. No entanto, ignora-se que cada ser humano possui características, culturas e singularidades específicas.

Dessa forma, a proposta de uma educação inclusiva coloca-nos frente a um grande desafio, pois estaríamos diante de uma das metas mais complexas vivenciadas até hoje na história da educação, teríamos que aliar o processo de democratização quantitativa ao processo de qualificação das escolas regulares e este é um trabalho árduo, pois exigirá uma transformação do cotidiano escolar e certamente nova forma de organização curricular que oportunize uma escola realmente igualitária, como explicita Oliveira (*apud* Oliveira e Leite, 2007, p.02),

Do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, sendo capaz de incorporar as diferenças no contexto da escola, o que exigirá a transformação de seu cotidiano e, certamente, o surgimento de novas formas de organização escolar, audaciosas e comprometidas como uma nova forma de pensar e fazer educação.

Nesse sentido, pensar numa escola que reconheça a singularidade linguística desse sujeito é em primeiro lugar reconhecer a língua de sinais como a língua de comunicação do educando surdo, inserindo-a no currículo de forma que atenda as necessidades dos surdos e ouvintes. Pois, “a língua oral e a língua de sinais não constituem uma oposição, mas sim, canais diferentes para a transmissão e a recepção da capacidade mental da linguagem” (SKLIAR, 2013, p. 24).

Para isso, é necessário que os professores estejam capacitados para atender essa diferença e tenham conhecimento da língua de sinais para que haja comunicação entre professor/surdo/ouvinte. Assim, é fundamental a presença de um intérprete em sala de aulas mistas, bem como oferecer capacitação com cursos de línguas de sinais para os familiares do aluno surdo e para os profissionais da educação, a fim de que essa se torne a segunda língua desses profissionais. Afinal, como bem afirma Sá (2011, p. 200),

(...) a participação dos educadores pode contribuir para minar gradativamente as formas de resistência à aceitação do “diferente”, com sua realidade cultural própria. O preconceito pode ser vencido por ações de sociabilidade, de solidariedade, de aceitação e de construção social coletiva, mas, antes de tudo, é vencido muito mais pelo conhecimento.

Diante disso, é preciso elaborar novas formas de avaliação para que esse educando não se desestimule e abandone a escola, sem falar que a estrutura física deve atender as necessidades principais desse sujeito.

É necessário também que os programas educacionais sejam elaborados com a participação de surdos, pois pensar numa educação de qualidade para surdos é dá a possibilidade aos mesmos de pensar no próprio processo de

educação. Por isso é fundamental a participação de surdos nos projetos educacionais e nos debates linguísticos, para que seu modo de viver, sua cultura, sua língua e suas necessidades sejam considerados.

No entanto, não é possível deixar de salientar a importância das escolas bilíngues, tendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda para os educandos surdos, havendo assim a interação entre surdos e ouvintes. Esse tipo de escola é fundamental para valorização da língua de sinais e da cultura surda, principalmente para aqueles que não conhecem a mesma. Pois, é com o contato com outros surdos que cada educando constrói sua identidade, aprende a sua língua e fortalece sua cultura. É nessa escola que muitos surdos vão ter acesso a língua de sinais e “pôr a língua de sinais ao alcance de todos os surdos deve ser o princípio de uma política linguística, a partir da qual se pode sustentar um projeto educacional mais amplo.” (SKLIAR, 2013, p. 27)

E é nesse sentido que se deve pensar numa escola que abra oportunidades para todos e o principal desafio é pensar numa escola que dê conta da diversidade, ou seja, que respeite as diferenças, respondendo a cada um de acordo com sua suas potencialidades e necessidades. Para que uma escola ofereça uma educação de qualidade ela precisa contar com o apoio de todos que permeiam o cenário educacional, sendo estes o corpo escolar, os familiares, os alunos, os políticos responsáveis e a comunidade na qual este indivíduo faz parte. Para Anézia Zych (2003, p.125),

Na percepção dos surdos, bom sistema de educação é aquele que está aberto ao diálogo e apto a atender às sugestões de seus educandos, que tende a oferecer maior número de alternativas, onde o conhecimento atua para que haja equilíbrio e harmonia entre a competência intelectual e a sensibilidade emocional, favorecendo um

crescimento expressivo, através de uma proposta educacional bilíngue.

Assim, percebe-se que o indivíduo surdo, como qualquer outro, precisa está inserido no contexto educacional em todos os aspectos, principalmente linguísticos e culturais, caso contrário ele será excluído do seu grupo por não conseguir se comunicar e conseqüentemente excluído da sociedade.

Diante disso, é fundamental pensar uma educação de surdos e não para surdos, como propõe Reis (2006), essa é uma nova batalha, é a educação que o sujeito surdo deseja, um espaço que legitime sua cultura, para tanto é fundamental a presença de professores surdos, a fim de ajudar na construção da cultura e identidade dos educandos surdos.

Ao comentar sobre a escola de surdos faz-se referência a algo inovador, ou seja, algo que traz à luz as nossas lutas como povos surdos para termos escolas de surdos, para termos uma pedagogia que possa legitimar nossas culturas, pelo uso da língua de sinais. Acontece a afirmação da batalha do povo surdo por uma escola de surdos marcada por transformações pedagógicas no que se refere à educação que nós queremos. ( REIS, 2006, p. 65)

Portanto, a escola é o espaço de construção de conhecimento, de interação e de reconstrução de representações construídas ao longo do tempo, e é nesse espaço que o surdo pode reconstruir e narrar sua própria história.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Este estudo mostrou que as concepções, representações e discursos sobre o sujeito surdo foram sendo construídas ao longo do tempo pela

sociedade ouvinte. E por conta disso, recaiu sobre os mesmos, o estereótipo de deficiente e incapaz, baseados em leituras errôneas sobre o mundo surdo e a língua de sinais.

Dessa forma, durante muito tempo a sociedade não aceitou a identidade surda, nem o reconheceu como membro de uma comunidade com cultura e língua própria, a língua de sinais.

Por sua vez, essas concepções criadas pelos ouvintes sobre o sujeito surdo não se distanciaram do contexto escolar, pois neste espaço eles eram considerados como incapazes ou até mesmo como deficientes mentais por não desenvolverem a língua oral. Assim, a escola com suas práticas educativas inadequadas se tornou responsável por perpetuar o estigma do surdo como deficiente e como um desvio na sociedade.

No entanto, a comunidade surda não se manteve passiva a essa situação e com o crescimento da mesma, esses sujeitos lutaram e lutam pelo reconhecimento da sua cultura, por uma educação que atenda suas especificidades e pela participação na sociedade. E como resultado conquistaram alguns direitos por meio de legislações específicas que reconhecem a língua de sinais como língua da comunidade surda e que garantem o direito a educação dessas pessoas em escolas bilíngues ou em escolas regulares.

Contudo, as escolas bilíngues não saíram dos projetos políticos e as escolas regulares não apresentam estrutura nem currículo que atenda as especificidades do educando surdo e além de não contar com a participação de professores surdos, não ajudam na construção da identidade desses sujeitos.

Nesse sentido, para se pensar numa escola que reconheça as singularidades desse educando é preciso reconhecer a língua de sinais como a língua do educando surdo, bem como a capacitação de professores para atenderem essa diferença linguística, a presença de intérpretes em salas de aulas mistas e a participação de surdos na elaboração de projetos educacionais se tornam imprescindíveis.

No entanto, não se pode deixar de salientar a importância da escola bilíngue para valorização da língua de sinais, da cultura surda e da construção da identidade de muitos surdos.

Para tanto, é necessário que o governo invista na criação dessas escolas, capacite os professores para atender esse público, reformule os currículos e ofereça aos sujeitos surdos as mesmas oportunidades dadas aos ouvintes, seja no âmbito educacional, social ou cultural. Bem como, é fundamental que a sociedade mude o olhar preconceituoso que construiu sobre o sujeito surdo e a língua de sinais e uma das possibilidades é colocar a língua de sinais ao alcance de todos.

É nesse contexto que se pode pensar numa educação de surdos, pelos surdos e na escola como espaço de desconstrução de discursos errôneos criados ao longo do tempo, com os surdos construindo sua própria história.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia facundo de. Libras na formação de professores: percepções de alunos e da professora. UEL. Londrina, 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em:



[http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012\\_-\\_ALMEIDA\\_Josiane\\_Junia\\_Facundo.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_-_ALMEIDA_Josiane_Junia_Facundo.pdf). Acesso em 27/05/2013 17:28

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRITO, Jane Lindoso. Alunos surdos na escola regular: questionando o paradigma da inclusão. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de. Surdos: qual escola? Manaus: Valer e Edua, 2011.

DEMO, Pedro. A criança é um grande pesquisador: entrevista concedida a Vítor Casimiro. 25 de agosto de 2000. Disponível em:

<http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0035.asp>. Acesso em: 18/05/2012 23:20

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua e essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port\\_surdos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf)

<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n2/a10v19n2.pdf>

MACHADO, Paulo Cesar. A política de integração/inclusão e a aprendizagem dos surdos:

Um Olhar do Egresso Surdo sobre a Escola Regular. USSC. Florianópolis, 2002. Dissertação de mestrado. Disponível em :

[http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/nepes\\_dissertacoes/a\\_politica\\_integracao\\_inclusao.pdf](http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/nepes_dissertacoes/a_politica_integracao_inclusao.pdf). Acesso em: 15/05/2012 15:30

- MOREIRA, Patrícia Aparecida Leite. O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda. Disponível em: <http://editora-araraazul.com.br/novoeaa/revista/?p=120>. Acesso em: 18/05/2012 22:10
- OLIVEIRA, A; LEITE, P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político- pedagógico. Ensaio: aval.pol. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, 2007.
- QUADROS, Ronice M. Bilinguismo. In: QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS, Ronice Muller de. Estudos surdos III. (org). Petrópolis, RJ: Arara azul, 2008.
- QUADROS, Ronice Muller de. Políticas linguísticas e educação de surdos em santa Catarina: Espaço de negociações. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a03v2669.pdf>. Acesso em: 18/05/12 21:20
- QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- REIS, Flaviane. Professor surdo: a política e a poética a transgressão pedagógica. UFSC, Florianópolis, SC, 2006. Dissertação de Mestrado. Disponível em: [http://www.ges.ced.ufsc.br/Dissertacao\\_Flaviane.pdf](http://www.ges.ced.ufsc.br/Dissertacao_Flaviane.pdf). Acesso em: 05/05/2014 08:30
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. Surdos: qual escola? Manaus: Valer e Edua, 2011.
- SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.
- STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Glades. Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.
- [www.editora-arara-azul.com.br/revista/compar3.php](http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/compar3.php)

ZYCH, Anízia da Costa. Reflexão sobre a educação escolar dos surdos.  
Analecta Guarapuava: Unicentro- v. 4, n,2, p. 125, jul/ dez. 2003.

#### IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA



#### DANIELA ELOY DIAS MENEZES

Pós Graduada em LIBRAS pela Faculdade Dom Pedro II. Graduada em Letras com Português pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

E-mail: [dannyelaeloy@gmail.com](mailto:dannyelaeloy@gmail.com)